

# BATAS BRANCAS

Miguel Tamen

Editorial de *The Point* opõe-se a uma esperança que se tornou recorrente. Trata-se da esperança de que descobertas científicas mostrem maneiras mais verdadeiras de fazer o que se faz nas humanidades e comprovem as intuições dos seus melhores praticantes; e que assim as humanidades nos Estados Unidos possam finalmente ser respeitáveis. Tal esperança parece-me também a mim fátua. A complacência que os humanistas põem nas bio- e neuro-coisas é injustificada e tem, no melhor dos casos, um valor de entretenimento. O entretenimento é quase sempre proporcionado por pessoas que não são reconhecidas por nenhuma bio- ou neuro-pessoa, e apresentado para benefício de pessoas que não têm qualquer ideia do que sejam bio- ou neuro-coisas. A situação não é diferente da definição que o músico e compositor Frank Zappa deu do jornalismo musical: «pessoas que não sabem escrever, a entrevistar pessoas que não sabem falar, para pessoas que não sabem ler.»

Na Europa, onde a tradição das humanidades é menos forte e o financiamento para os seus costumes e instituições é esmagadoramente público, a via para a respeitabilidade das humanidades é prosseguida por outros meios. Resulta, na sua forma tentada, de um processo de mimetismo. O processo consiste em, na justificação e organização das humanidades, se emularem costumes, vocabulários e insti-

tuições característicos daquilo que se imagina serem as ciências.

O resultado mais grotesco e exemplar deste processo é a existência dos chamados «centros de investigação» nas humanidades ou, mais correctamente, o financiamento público de tais centros. Tentar explicar a um humanista não-europeu a entidade «centro de investigação» (sem falar sequer na entidade «laboratório») é tão difícil como tentar explicar a constituição britânica ao Professor Jorge Miranda. Estas entidades e os seus parentes próximos constituem uma espécie (cujo membro mais avantajado e de maior alimento são as erroneamente conhecidas por escolas de pós-graduação alemãs) que floresce apenas nos ecossistemas em que o estado governa o ensino superior.

Robert Pippin lembra, na sua contribuição para o simpósio do *The Point*, a ideia de Humboldt sobre a ligação estreita entre investigação e ensino que caracteriza as universidades modernas. Tal ligação, que é muitas vezes mal-entendida como licença para considerar o ensino comparável em dignidade ao latrocínio e ao envenenamento, é particularmente importante nas humanidades. A actividade das humanidades nos seus melhores casos oferece justificações sem que possa oferecer testes ou correlações. Requer pelo contrário um trabalho paciente de discussão e exame para que são cruciais as

audiências das salas de aulas. O ensino, graduado e pós-graduado, constitui a principal e a melhor possibilidade para esse trabalho.

Por outro lado, não é exactamente claro aqui-lo que nas humanidades conta como investigação. Embora a palavra 'investigação' pareça já à partida um sintoma do processo de mimetismo que venho a deplorar, não é de excluir que o termo tenha muitos significados diferentes, e seja suficientemente plástico para não excluir por exemplo a tradução das obras completas de Saint-Simon levada a cabo por um centro de história, um «projecto» sobre geo-bio-socio-neuro-morfologia da materialidade na paisagem prosseguido num centro de literatura, e uma série de congressos lusófonos sobre O Que É Afinal O/A Outro/a? oferecida por um centro de filosofia, sem falar, claro, do fatal volume colectivo sobre performatividade e representação publicado (mediante pagamento antecipado) numa editora holandesa. Excepto a primeira, nenhuma destas coisas, porém, e independentemente do seu mérito, é insusceptível de se passar melhor à volta de mesas de seminário e em salas de aulas.

Com efeito, salvaguardados aqueles casos raros e temporários em que, por falta de mundo e tempo, se exigem grupos grandes de pessoas, a mera ideia de um conjunto de pessoas dedicadas à mesma coisa (a que lisonjeiramente se chama «projectos») é uma monstruosidade nos termos. O financiamento público de centros de humanidades serve essencialmente para os financiados se encontrarem periodicamente e se publicarem uns aos outros em revistas inventadas e em livros que nenhuma editora séria, comercial ou não, consideraria um segundo, não fosse o caso de lhes garantirem antecipadamente o pagamento de todas as despesas.

Uma segunda característica das actividades académicas das humanidades é assim a de, salvo excepções como as apontadas, o que se faz se fazer sozinho. Nas humanidades, e em todas as humanidades, não existe qualquer vantagem discernível em existirem «equipas», «colectivos» ou

«grupos». A pessoa que formula uma nova teoria brilhante sobre vagueza, ou que redescreve, ainda que ligeiramente, uma teoria de Epicteto (ou um romance de Júlio Dinis) precisa quando muito de pessoas que a ouçam e lhe respondam – mas nunca de pessoas que façam o que ela faz. As suas necessidades intelectuais não requerem qualquer instituição além da universidade, essa maravilhosa invenção medieval. Deste ponto de vista, a diferença entre humanidades e ciências é só a diferença entre coisas que devem fazer-se apenas em universidades e coisas que por vezes têm de se fazer noutros lados.

Acontece ainda que os chamados centros de investigação nas humanidades são encorajados, sobretudo quando têm que justificar o dinheiro que custam, a combinar os piores aspectos do jargão científico («projectos», «equipas», «avaliações» e «resultados») para encobrir a mais completa falta de sanção para aquilo que fazem. A serem ciência porém são ciência sem investigadores, laboratórios, comunidades científicas, aparelhos, testes, patentes, ratos e dinheiro. Produzem deliberadamente humanistas ataviados de cientistas os quais, após várias mudas de batas brancas, acabarão por sentir o que deveras fingem. Não é no entanto impossível que a situação não seja aparente a alguns participantes desta comédia, e aos vários administradores que intervêm no processo. Mas tal quer apenas dizer que subsiste à base de uma dieta combinada de má-fé e estupidez.

Não sem interesse é explicar a razão por que na Europa se insiste num processo que na ordem geral das coisas não será caro mas que é em todo o caso um desperdício. Uma explicação que me ocorre, pelo menos para o caso português, é o modo como a lentidão e irracionalidade não tanto, como se diz, das universidades, mas das leis laborais, ao promover a eternização dos vínculos laborais e ao impedir a substituição de pessoas, levou ao cultivo intensivo de formas substitutivas de emprego. Tais formas de emprego foram em Portugal cometidas a uma agência

pública extra-universitária, a exageradamente conhecida como Fundação para a Ciência e Tecnologia.

De facto, em Portugal quase todo o financiamento para a investigação nas humanidades depende dessa agência. Mas porque foi fundada em tempos mais felizes, em que se entendia por ‘ciência’ aquilo a que a maior parte das pessoas chama ciência, os modos de reconhecimento dos subsidiados putativos nas humanidades incluíram desde sempre os costumes e instituições reconhecíveis por cientistas inocentes: grupos, laboratórios e centros. À medida que as universidades foram quebrando o elo demográfico entre as gerações dos seus professores, passou a

ser garantido por essa agência pública emprego temporário às pessoas que deveriam estar nas universidades. Dado o aumento de esperança de vida, estas pessoas passarão plausivelmente o resto da sua vida de bolsa em bolsa até à idade da reforma.

A situação não parece mostrar sinais de acabar. E assim se explica que, de três em três, ou de quatro em quatro anos, quando mais um grupo de dinamarqueses mascarados de cientistas se desloca para avaliar um centro investigação de humanidades, todos os seus cada vez menos jovens investigadores, alinhados à porta, vestidos de batas brancas, continuam a agitar melancolicamente os estetoscópios de cartão.